



JUSTIÇA ELEITORAL  
Tribunal Superior Eleitoral  
Secretaria de Auditoria - SAU

# SUMÁRIO EXECUTIVO

FISCALIZAÇÃO NA GESTÃO DO SERVIÇO  
EXTRAORDINÁRIO  
PERÍODO ELEITORAL 2022.  
RELATÓRIO DE AUDITORIA N.8/2023  
PROCESSO SEI N° 2022.00.0000010537-1

## Relevância do objeto avaliado:

Sabe-se que em anos eleitorais, ocorre, em algumas áreas do TSE, um aumento considerável no volume de trabalho envolvendo o processo de preparação e realização das eleições. Nesse sentido já se manifestou o TCU, no voto condutor da Decisão nº 305/1998 - Plenário, que "pelas funções que exerce, a Justiça Eleitoral não possui uma demanda constante de trabalho. Como bem sabido, o seu quadro permanente não é suficiente para atender os serviços por ocasião das eleições. Há legislações especiais que visam suprir essa deficiência periódica, pois um grande quadro permanente seria antieconômico, pois resultaria em servidores sem atividades nos períodos em que não houvesse eleições. Portanto, a Justiça Eleitoral, pelas funções que desenvolve é uma situação excepcional, diferentemente das demais funções a serem desenvolvidas pela Administração Pública".

Tendo em vista essa realidade, a cada eleição é publicado normativo interno que estabelece os parâmetros para a realização de serviço extraordinário referente ao respectivo pleito. Para as Eleições Gerais de 2022, entrou em vigor, em 19 de julho de 2022, a Portaria TSE nº 667/2022.

O normativo prevê a realização de serviço extraordinário em razão das Eleições Gerais de 2022, levando-se em consideração o caráter excepcional e temporário das demandas que envolvem o processo eleitoral.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Secretaria de Auditoria - SAU**

Dentre outras orientações, estabelece os limites para sua realização, quais sejam, limite máximo de 2 (duas) horas por jornada de trabalho, em dias úteis, conforme preceituado na Lei 8112/90, e dez horas, aos sábados, domingos e feriados, nos termos da Resolução TSE nº 22.901/2008; a realização, nos finais de semana, preferencialmente aos sábados, exceto nos dias de plantão eleitoral e de realização de primeiro e de segundo turnos das eleições; a observância do descanso semanal remunerado (DSR); e a excepcionalidade para a realização do serviço extraordinário aos domingos/feriados.

Nas últimas eleições gerais, verificou-se decréscimo no gasto com o adicional de serviço extraordinário, o que demonstra o alinhamento do TSE com a necessidade de controle de gastos públicos.

Ano	Valor pago
Eleições 2014	R\$ 12.000.548,00
Eleições 2018	R\$ 10.934.097,00
Eleições 2022	R\$ 9.627.938

Fonte: Tesouro Gerencial - Ação Governo 4269 - Pleitos Eleitorais - Grupo Despesa - Pessoal e Encargos Sociais

### **Quais foram os objetivos da auditoria:**

A ação de controle utilizada foi o acompanhamento, mediante fiscalização, que consiste no exame periódico e concomitante da legalidade e legitimidade dos atos de gestão.





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Secretaria de Auditoria - SAU**

A fiscalização acompanhou e analisou, ao longo do período eleitoral de 2022, os atos de gestão e execução (gestor e servidor) do serviço extraordinário, observando-se aspectos inerentes a autorização, execução e pagamento, com o propósito de avaliar a conformidade dos referidos atos e possibilitar à Administração, caso necessário, corrigir eventuais distorções ou evitar a continuidade de atos que se mostrassem em desacordo com os normativos vigentes. Foi avaliada também a efetividade dos controles internos existentes no processo de trabalho.

### **O que a auditoria examinou:**

As análises compreenderam ciclos de amostragem referentes às horas extras autorizadas e executadas no período de 01.08.2022 a 30.11.2022.

### **O que a auditoria constatou**

Não foram identificadas no curso da fiscalização, situações que justificassem a emissão de Notas de Auditoria e requeressem providências imediatas pela Administração com vistas à regularização. No entanto, há oportunidades para melhoria de alguns pontos relacionados à instrução processual e aos instrumentos de controle para monitoramento das exigências normativas.

### **De forma mais detalhada esses pontos são:**

- ✔ A descrição mais detalhada acerca das necessidades que justificam o pedido de horas extras a serem realizadas nos finais de semana proporciona maior segurança ao gestor na decisão pela autorização, bem como mitiga o risco de questionamentos acerca da legitimidade dos pedidos apresentados;



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**Tribunal Superior Eleitoral**  
**Secretaria de Auditoria - SAU**

- ✔ O atesto, pela chefia imediata, nos relatórios de atividades individuais dos servidores que realizaram serviço extraordinário é medida de controle que possibilita a correção de distorções e mitiga o risco de pagamentos indevidos;
- ✔ A ampla orientação aos gestores acerca da necessidade de observância do descanso semanal remunerado possibilita que os responsáveis nas unidades administrativas organizem melhor suas escalas de trabalho priorizando o bem-estar dos servidores;
- ✔ O aprimoramento dos controles relativos à atualização dos dados financeiros dos servidores cedidos ao TSE minimizará a ocorrência de utilização de bases de cálculo indevidas para fins de pagamento.

**O que a auditoria recomenda:**

- ✔ Avaliar a adequabilidade do normativo vigente;
- ✔ Atualizar normativos e formulários de pessoal;
- ✔ Reforçar junto aos gestores a orientação quanto ao detalhamento das justificativas relativas à excepcionalidade das horas extras;
- ✔ Avaliar a possibilidade de retomar o projeto DFT para que o gestor possa ter informações objetivas referentes a produtividade, entregas e quantidade de pessoal lotado em cada unidade administrativa;
- ✔ Instituir controles efetivos para o monitoramento das exigências normativas.